



Premissas metodológicas para tecer um sistema participativo de garantia da qualidade orgânica (SPG) camponês: da teoria à prática.

Methodological assumptions for weaving a participatory peasant organic quality assurance system (PGS): from theory to practice.

GOMES, Fabiano Leite¹; CURADO, Fernando F.²; AGUIAR; SANTANA, José Ubiratan R.³; BENATTO, Leandro⁴; GOMES, José Elísio da S.⁵

^{1,4}Rede Mutum – Articulação Alagoana de Agroecologia/Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), leiterural@yahoo.com.br; ²Embrapa Alimentos e Territórios, fernando.curado@embrapa.br;

³Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, joseubiratanrezende@gmail.com; ⁴benattoleandro@gmail.com; ⁵ EMATER-AL, elisiogomesi@gmail.com .

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Manejo de Agroecossistemas

Resumo:

O trabalho tem por objetivo a sistematização dos espaços da construção estratégia de criação de um SPG no estado de Alagoas, denominado SPG Bem Viver. O campesinato busca espaços sociais pela democratização da função do uso da terra e do controle social, nesse sentido, a formação de redes territoriais, no contexto da criação de um SPG, se associa ao desafio da promoção da Agroecologia e da certificação participativa no âmbito da legislação brasileira de orgânicos. O SPG Bem Viver envolve mais de 160 famílias, que dialogam em rede através dos 21 grupos distribuídos em 3 territórios, que desenvolvem o referido controle social, com o envolvimento e participação dos membros fornecedores e colaboradores. Construir e consolidar um mecanismo de controle da qualidade orgânica incide diretamente na promoção de espaços pedagógicos, sociais, políticos, culturais no fortalecimento e ampliação de redes de agroecologia (movimento, prática e ciência).

Palavras-Chave: Agricultura Orgânica; SPG; Agroecologia; Controle Social.

Keywords: Organic Agriculture; PGS; Agroecology; Social Control.

Abstract:

The objective of this work is to systematize the spaces of the construction strategy for the creation of a PSG in the state of Alagoas, called PSG Well Live. The peasantry seeks social spaces for the democratization of the function of land use and social control, in this sense, the formation of territorial networks, in the context of the creation of a PSG, is associated with the challenge of promoting Agroecology and participatory certification within the scope of Brazilian organic legislation. PSG Well Live involves more than 160 families, who dialogue in a network through 21 groups distributed in 3 territories, which develop the aforementioned social control, with the involvement and participation of supplier members and collaborators. Building and consolidating an organic quality control mechanism directly affects the promotion of pedagogical, social, political, cultural spaces in the strengthening and expansion of Agroecology networks (movement, practice and science).

Contexto

O relato trata de espaços plurais de diálogos e construção do conhecimento acerca do mecanismo de controle da qualidade orgânica por Sistema Participativo de



Garantia (SPG), com os povos do campesinato em três territórios (Mata, Agreste e Sertão) no estado de Alagoas, Brasil. A ação ocorreu entre os anos de 2019 e 2021, no âmbito do projeto ECOFORTE¹ - Redes Tecendo Autonomia Alimentar para a Vida, executado pela Associação dos Agricultores Alternativos (AAGRA) com vistas ao fortalecimento da Articulação Alagoana de Agroecologia (Rede Mutum²). O projeto foi apoiado pelo edital de seleção pública nº 2017/030, categoria II, da Fundação Banco do Brasil (FBB), com o objetivo de sensibilizar e articular grupos, associações e cooperativas de agricultores ecológicos e em processo de transição, assim como instituições que atuam na promoção da agroecologia.

A supressão da flora, a degradação e a contaminação dos solos e das águas, no âmbito dos biomas Mata Atlântica e Caatinga, são marcantes nos territórios de Alagoas em prol de um modelo desenvolvimentista e tecnicista da revolução verde.

No território Mata predomina a concentração de terras pelos latifundiários, opressores na égide do setor sucroenergético, como o milho, a bovinocultura de corte, e mais recentemente, a eucaliptocultura; no território do Agreste predominam cultivos do fumo de corda, horticultura, milho, soja, cana-de-açúcar, avicultura integrada e bovinocultura de corte; no território do Sertão os latifúndios estão alinhados na atividade agropecuária da bovinocultura do leite e milho.

Em contraponto o campesinato luta e busca espaços sociais pela democratização da função do uso da terra na dimensão socioambiental e econômica, onde projetos em curso buscam constituir espaços autogestionados para o fortalecimento da transição agroecológica, do campesinato e de suas organizações. Nesse sentido, a formação de redes territoriais, no contexto da criação de um SPG, se associa ao desafio de formalizar o processo de certificação participativa no âmbito da legislação brasileira de orgânicos.

O objetivo do relato perpassa a sistematização dos espaços da construção estratégia de criação de um SPG no estado de Alagoas, denominado SPG Bem Viver.

Descrição da Experiência

O SPG, compreendido como um mecanismo de controle da qualidade orgânica para a certificação participativa, se caracteriza pelo controle social e pela responsabilidade coletiva e solidária. O controle no SPG é feito por uma entidade jurídica credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) à qual estão vinculados tanto produtores orgânicos quanto, sempre que possível, consumidores, comerciantes de produtos orgânicos e técnicos. Ou seja, todas as

¹ Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica, criado em 2013 no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Acesso ao último edital, ano 2018.

² Criada em 2016, formada por organizações públicas e privadas tem atuado no âmbito estadual como uma importante rede de convergências na articulação, promoção e defesa da Agroecologia no Estado de Alagoas.



partes interessadas compartilham o poder de decisão sobre a conformidade do processo produtivo.

O universo do presente relato envolve mais de 160 famílias, que dialogam em rede através dos 21 grupos distribuídos em 3 territórios, que desenvolvem o referido controle social, sob o prisma da participação e da construção do conhecimento popular, em diálogos de saberes com o conhecimento científico dos técnicos extensionistas e demais colaboradores do processo (Tabela 01).

Tabela 01: Grupos e núcleos do SPG Bem Viver, estado de Alagoas.

	Núcleo		
	Sertão	Agreste	Mata
Grupos / Municípios	AGCO - Inhapi	Coletivo Beija Flor - Igaci	Embaúba - Messias
	Semiárido Verde – Senador Rui Palmeira	Sementes Crioulas – Estrela de Alagoas	Juçara - Murici
	Raízes do Sertão – São José da Tapera	Terragreste - Arapiraca	Andorinhas - Maceió
	Velho Chico – Pão de Açúcar	Coletivo Bem Viver – Palmeira dos Índios	Primavesi - Fleixeiras
	Lutas e Conquistas - Canapi	Filho da Roça - Igaci	Terra Verde – Joaquim Gomes
	-----	Boa Esperança - Igaci	Aproagro - Branquinha
	-----	Jabuticaba – Palmeira dos Índios	Ecoduvale – Santana do Mundaú
	-----	Quilombo Serra Verde - Igaci	Vale da Pelada – União dos Palmares
Total	05	08	08

Fonte: Os autores (2023)

Os agricultores(as) oficialmente cadastrados como produtores orgânicos, são denominados pela legislação de membros fornecedores. Além dos produtores, integram ainda o referido cadastro os distribuidores, comerciantes, transportadores e armazenadores de produtos orgânicos; já os membros colaboradores incluem os consumidores, técnicos organizações públicas ou privadas, ONGs, e organizações de representação de classe.

O processo metodológico deu-se a partir da pesquisa participativa em rodas de diálogos com a utilização de caixas de ferramentas – questionário semiestruturado, mapa falado e caminhada transversal (VERDEJO, 2006). A sistematização escrita aconteceu a partir dos relatórios e áudios dos processos de formação continuada com os membros fornecedores e colaboradores do sistema. A educação contextualizada, descentralizada nas bases da pedagogia da alternância com grupos focais foram à égide do processo de construção, valorando os saberes dos povos, as especificidades locais e ambientais dos territórios. Os temas geradores das oficinas para a construção do SPG foram:



Módulo I: Controle social construindo relações de credibilidade e a garantia da qualidade orgânica;

Módulo II: Estrutura, funcionamento e princípios do SPG;

Módulo III: Legislação brasileira sobre agricultura orgânica;

Módulo IV: Plano de manejo e conversão da unidade de produção orgânica (PMO);

Módulo V: Gestão da unidade familiar de produção (UFP) – caderno de campo e afins;

Módulo VI: Manual operacional e regimento interno do OPAC/SPG

Foram realizadas 18 oficinas (dezoito) de formação continuada em módulos, com carga horária de 04 (quatro) horas, envolvendo os 21 grupos dos territórios Mata, Agreste e Sertão, sendo 06 oficinas por núcleo. Importante destacar que além das oficinas nos grupos, foram realizadas reuniões territoriais de núcleo e assembleias estaduais como espaços de construção de identidade, de consolidação de acordos e metodologia.

A sistematização da construção do processo metodológico para a criação do SPG Bem Viver deu-se da seguinte ordem cronológica:

- Constituição do SPG – como resultado do processo de transformação e validação da transição agroecológica realizada nos agroecossistemas das unidades produtivas. Dá-se a identificação coletiva dos pares com os objetivos e sentimentos comuns para construir participativamente o controle da qualidade orgânica amparados na legislação brasileira de orgânicos, portarias e as instruções normativas, unindo os membros agricultores(as), entidades associativas, cooperativas, organizações do poder público e do terceiro setor em tecer os processos de forma colaborativa e autônoma.

- Constituição de grupos - a partir da proximidade espacial (local/geográfica), sistema de produção local, relações sociais e objetivos comuns na premissa da construção da Agroecologia entre os pares. Podendo no âmbito do território municipal constituir-se mais de um grupo, quais se relacionaram mutuamente para consolidar o controle social na certificação participativa. Para constituir um grupo de membros fornecedores e colaboradores é necessário número maior ou igual a três membros constituídos. O grupo recebe um batismo no ato da sua formação, como por exemplo, “grupo Juçara”, ou seja, caracteriza a identidade dos membros em torno de uma “palmeira nativa”, de ocorrência no território de um assentamento de reforma agrária do bioma Mata Atlântica em Alagoas. O grupo deve ter um Livro Ata para anotação da sua fundação no SPG, das reuniões ordinárias, das visitas de pares, do ajustamento para conformidade e dos encaminhamentos diversos ao núcleo territorial lavrando todas as movimentações/registros no documento.

- A nucleação territorial: Instância organizativa que reúne os grupos com a identificação espacial, geográfica, econômica, cultural, ambiental, sociopolítica e afins. O núcleo territorial é constituído pelos representantes (coordenador/a e secretário/a) de cada grupo, formando uma instância organizacional do SPG/OPAC a



nível de território a fim de facilitar os processos de articulação e operacionalização do sistema.

- Constituição do conselho/comitê gestor do SPG/OPAC - Formado por membros/as indicados por cada núcleo territorial, qual elegerá um membro/a gestor/a para o biênio.

- A formação continuada dos membros do sistema - A partir do exercício da pedagogia da alternância, buscando a construção do conhecimento agroecológico e o exercício do controle social. A formação continuada visa a atualização, reciclagem e constante renovação e validação dos acordos do sistema aos membros fornecedores com as atualizações no âmbito dos mecanismo de controle da qualidade orgânica.

- O controle social interno do grupo - Exercitar através das visitas de pares, visitas cruzadas/verificação e do intercâmbio camponês a camponês.

A visita de pares é um dos pilares do controle social, onde todas as unidades de produção familiar (UPF) do sistema são visitadas entre os membros do próprio grupo com o objetivo do controle camponês a camponês seguindo as normas da produção orgânica no Brasil e regimento interno do OPAC, além, de oportunizar a troca de experiências exitosas, mutirões produtivos e construção do conhecimento agroecológico entre os pares; os intercâmbios entre as unidades de produção de base ecológica é um dos princípios da construção do conhecimento agroecológico e do exercício do controle social pelos pares, pois possibilita a troca de saberes, vivenciar experiências, construir relações de envolvimento, empatia, confiança e empoderamento social. Os intercâmbios ao promoverem a interação entre agricultores, consumidores e profissionais do ensino, pesquisa e extensão contribuem para a construção social e coletiva da credibilidade e do controle social da qualidade orgânica.

- A documentação da UFP - Engloba os documentos obrigatórios à saber: a) o caderno/diário de campo, podendo ser redigido a mão ou fazer uso programa gerenciamento em planilha eletrônica, e/ou fazer uso de outras mídias de dados (áudios, fotos, vídeos) armazenados na rede mundial de computadores (internet) em nuvem, ou seja, qualquer membro poderá acessar as informações armazenadas de qualquer dispositivo móvel ou computador.

O caderno de campo é um documento de registro das atividades operacionais realizadas na UFP, como os plantios, os tratos culturais, a origem das sementes e mudas, o controle de base ecológico fitossanitário, colheitas dentre outros registros; b) o PMO segue o escopo do SPG/OPAC, de preenchimento e renovação anual, encaminhado para o OPAC e conseqüentemente aprovado pela comissão de avaliação designada e instituída no fluxograma do manual operacional e regimento interno do SPG/OPAC; o PMO deve ser mantido na UFP, sempre disponível ao acesso, quando solicitado, por membros do sistema e ou membros externos visando



atestar a conformidade do sistema de produção; c) fluxo de entrada e saída de produtos, os insumos aprovados para uso na agricultura orgânica adquiridos para integrar as táticas de manejo integrado de doenças, insetos-praga e fertilização orgânica do solo, entre outras, as informações sobre a comercialização direta e indireta da produção “in natura” ou produtos processados, dentre outros.

- Controle social externo - Realizado através das visitas cruzadas/verificação. A visita cruzada ou verificação é outra forma de controle social obrigatória, realizada no âmbito do SPG/OPAC por membros de outros grupos ou pela comissão de verificação designada, visando o “Olhar Externo” à conformidade do sistema de produção orgânica de acordo com o escopo em questão.

- Gestão participativa do SPG/OPAC - A plenária é o espaço social, deliberativo e organizativo, podendo ser presencial, virtual ou modo híbrido, visando avaliação e planejamento operacional e estratégico do sistema.

- Credenciamento do OPAC - Compreende a apresentação, na comissão estadual de produção orgânica (CPOrg) da UF (unidade da federação) do SPG, desde a sua concepção, constituição, organização, organograma, fluxograma e documentos de controle obrigatórios e facultativos; após a aprovação na CPOrg o SPG/OPAC dará entrada ao processo de credenciamento do OPAC na Superintendência de Agricultura e Pecuária (SFA/MAPA) da UF onde está localizado, preenchendo o anexo IV (Solicitação de Credenciamento do OPAC), da instrução normativa nº 19, integrados os anexos à saber: comprovante de inscrição no CNPJ; listagem das unidades de produção controladas; declaração de inexistência de unidades de produção controladas se for o caso; atos constitutivos (estatuto, regimento interno e contrato social); manual de procedimentos operacionais; normas de produção orgânica.

Resultados

Construir e consolidar um mecanismo de controle da qualidade orgânica incide diretamente na promoção de espaços pedagógicos, sociais, políticos, culturais no fortalecimento e ampliação de redes de agroecologia (movimento, prática e ciência). O SPG é um sistema autônomo, libertatório e emancipado pelo controle social dos povos do campo, onde camponeses/as e colaboradores realizam a conformidade orgânica diante da legislação brasileira de orgânicos.

O processo participativo e integrado que foi constituído ao longo da formação do SPG Bem Viver, reconheceu a existência de um conjunto de experiências territoriais dos grupos de camponeses(as) e incentivou a integração desses sujeitos numa proposta coletiva e participativa de controle social. A rede de produção orgânica, conectada com Rede Mutum, reforça o caráter integrador das ações descritas no presente relato.

Referências bibliográficas

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: Guia prático DRP**. Brasília, DF, 2006. 62 p. (Secretária da Agricultura Familiar – SFA/MDA).